



A ECONOMIA DA POBREZA E AS DESIGUALDADES: COMO JULGAMENTOS E VIESES PODEM APROFUNDAR A DISTÂNCIA ENTRE RICOS E POBRES¹

Laudeny Fábio Barbosa Leão

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas, Brasil

laudeny.fabio@gmail.com

RESUMO – O presente artigo apresenta o tema da economia da pobreza e as desigualdades múltiplas que as sociedades enfrentam, e suas repercussões em termos de exclusão social, principalmente em países pobres. A compreensão das causas das desigualdades é vital para a ampliação da renda e para a promoção da mobilidade social. Apesar de bastante estudado, as áreas que pesquisam as desigualdades ainda apresentam análises parciais do tema, muitas vezes abordando separadamente as questões econômicas das questões de raça e gênero. Nosso propósito, portanto, é ampliar a visão do tema para questões fora do mainstream econômico, como o impacto dos vieses cognitivos e dos julgamentos nas formulações de políticas públicas. A partir de análises de pesquisas e de leituras bibliográficas percebemos que a forma de pensar dos agentes econômicos modela suas ações, com frequência gerando resultados adversos aos inicialmente pretendidos. Concluímos afirmando que as políticas públicas devem ser calibradas para cada caso específico e duradouras no longo prazo, para que realmente possam mudar as estruturas que promovem as desigualdades múltiplas no país.

Palavras-chave: Economia da pobreza. Desigualdades. Economia comportamental. Políticas públicas.

THE ECONOMY OF POVERTY AND INEQUALITIES: HOW JUDGMENTS AND BIAS CAN DEPEND THE DISTANCE BETWEEN RICH AND POOR

ABSTRACT – This article presents the theme of the economy of poverty and the multiple inequalities that societies face and their repercussions in terms of social exclusion, especially in poor countries. The understanding about the causes of inequalities are vital for increasing income and promoting social mobility. Although well studied, the areas that research inequalities still present partial analyses of the theme, often addressing the economic issues separately from race and gender. Our purpose, therefore, is to broaden the view of the topic to issues outside of the economic mainstream, such as the impact of cognitive biases and judgements on public policy formulations. From analysis of research and bibliographic readings, we realized that the way of thinking of economic agents shape their actions, often generating adverse results to those initially intended. We conclude stating that public policies must be calibrated for each specific case and casting in long-term, so that they can really change the structures that promote multiple inequalities in the country.

Keywords: Economics of poverty. Inequalities. Behavioral economics. Public policy.

INTRODUÇÃO

O crescimento da desigualdade ao redor do mundo e seu corolário de concentração de renda e subtração de oportunidades fazem parte da preocupação de pesquisa de dez entre dez economistas que trabalham com o campo de estudo do desenvolvimento. Diversos estudos evidenciam em números a era de extremos na qual estamos inseridos. O aprofundamento das desigualdades teve um fato marcante: a grave crise financeira iniciada nos anos 2007-2008, que se aprofundou no Brasil nos anos 2014-2016, chegando até o presente ano de 2020 com outra

grave crise - agora sanitária. Estamos, assim, nos movendo nas últimas décadas de crise em crise até chegarmos desembarcarmos em um mundo de extremos, polarizações e recrudescimento da intolerância e diminuição da capacidade de empatizar e promover bons diálogos entre pessoas e nações.

O problema da desigualdade é mundial. Segundo dados da *The Economist* (2012)², (incluindo os ganhos com capital) a parte da renda nacional que vai para o 1% dos americanos mais ricos dobrou desde 1980, de 10% para 20%, quase como há um século. Mais impressionante ainda, a parte que vai para o 0,01% mais rico - cerca de 16 mil famílias com renda média de 24 milhões de dólares - quadruplicou, de pouco mais de 1% para quase 5%. É uma fatia maior do bolo nacional do que a recebida pelo 0,01% do topo cem anos atrás.

Esse fenômeno atinge o mundo inteiro. O coeficiente de Gini é a forma mais usual e conhecida de medir a desigualdade mundo afora. De forma sintética, se todas as pessoas de um grupo tiverem a mesma renda, o coeficiente é zero; se toda a renda vai para uma única pessoa, o coeficiente é 1. Assim, podemos ter uma ideia simplificada de como se classificam os países. Por exemplo, um país escandinavo tem um coeficiente aproximado de 0,25, enquanto que um país muito desigual, como a África do Sul, tem um coeficiente em torno de 0,6.

Desde a década de 1980, o mundo experimentou uma modificação considerável na distribuição de renda. O índice de Gini dos EUA aumentou quase 30%, de 0,395 (1967) para 0,426 (1985); na Suécia, subiu um quarto, chegando a 0,24; a China, aumentou quase 50%, para 0,42 (dependendo da fonte, para 0,48). No outro extremo, a América Latina - o continente mais desigual do mundo, durante muito tempo - experimentou quedas significativas nas últimas décadas. Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL, 2018), a média simples para 18 países latino americanos apresenta uma queda de 0,543 (2002) para 0,466 (2017). O caso particular do Brasil apresenta uma queda significativa desde a década de 1990, de 0,607, para 0,466, em 2017, segundo dados do estudo "Indicadores e Índices de Desenvolvimento Humano: Atualização Estatística 2018", do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Porém, o ritmo da redução desacelerou nos anos recentes. A diminuição anual média do índice foi de 1,3% entre 2002 e 2008; 0,8% entre 2008 e 2014 e 0,3% entre 2014 e 2017. Essa diminuição no ritmo do crescimento - principalmente no último período (2014-2017), pode ser explicado levando-se em conta a apropriação da renda entre capital e trabalho para os diferentes países da região. De uma forma geral, no entanto, podemos atribuir a queda do ritmo na América Latina - em especial, no caso do Brasil, a: i. políticas públicas baseadas em aposentadorias, pensões e transferências de renda (caso do Programa Bolsa Família, por exemplo); ii. políticas de valorização do salário mínimo; iii. remessas de recursos de trabalhadores migrantes e iv. aumento da massa salarial na renda total durante os anos 2000 (embora esta tendência tenha diminuído no país desde a crise econômica de 2014 - 2016, quando o PIB brasileiro caiu 9%).

Mesmo que a desigualdade global tenha diminuído nas décadas recentes - fruto do maior crescimento econômico dos países pobres e sua aproximação dos países mais ricos, o problema persiste quando colocamos uma lupa e olhamos mais de perto. É dentro dos países que as disparidades se mostram mais agudas e cada vez mais se amplia o fosso da distância entre ricos e pobres.

Além desta introdução, o presente artigo apresenta as abordagens tradicionais que a economia ortodoxa utiliza para abordar o tema e propor soluções de políticas ou para abordar o mercado como o caminho a ser seguido. Posteriormente, debateremos a questão da mobilidade social e seus vários conceitos, até chegar à mobilidade geracional com o rebatimento para a realidade brasileira. A desigualdade e a meritocracia são trabalhados na sequência com uma análise crítica do que vem a ser chamado, na atualidade, de tirania do mérito. A armadilha da pobreza e os vieses cognitivos e os julgamentos que as pessoas fazem sobre os pobres são abordados aqui como um vetor para a manutenção da situação de desvalia da maioria da população. Por último,

chegamos às considerações finais com a proposição de ações e uma reflexão geral dos principais pontos abordados. Para a elaboração do presente artigo, utilizamos a metodologia de pesquisa bibliográfica. Fizemos uma revisão da literatura sobre desigualdades, economia da pobreza e economia da psicologia, focando nos vieses gerados pelos julgamentos realizados por agentes econômicos tradicionais. Adicionalmente, analisamos também artigos científicos recentes que apresentam resultados de pesquisas que reforçam a questão dos julgamentos e preconceitos quando os temas pobreza e desigualdades são abordados.

DISPARIDADES DE RENDA E CRESCIMENTO: ABORDAGENS TRADICIONAIS

As abordagens tradicionais sobre o tema da pobreza e sua superação, normalmente invocam o mercado como uma grande panaceia. Instituições fortes e com regras estáveis que sustentem a democracia, a propriedade privada e os contratos comerciais, aliados a informações perfeitas por parte dos agentes, o triunfo da vitória individual lastreado pelo mérito, são ferramentas e mecanismos que sustentam a narrativa da liberdade econômica³ em contraposição às interferências de qualquer ordem por parte do Estado.

Uma referência no assunto é o economista bielorrusso Simon Kuznets que, em 1955, fez uma descrição da relação entre desigualdade e prosperidade como uma curva em “U” invertida, que lhe rendeu um prêmio Nobel de Economia em 1971. Segundo o que ficou denominado de “curva de Kuznets”, a desigualdade aumenta nos estágios iniciais do processo de industrialização conforme as pessoas vão abandonando o campo rumo às cidades, tornando-se mais produtivas em ocupações mais rentáveis nas fábricas. Assim, a demanda por mão de obra qualificada aumenta em relação à mão de obra pouco qualificada, elevando os graus de desigualdade de renda. Quando o processo de industrialização se completa os cidadãos estão mais escolarizados, ganhando melhores salários e, portanto, demandando uma melhor distribuição de renda de seus governos. Naturalmente, a desigualdade cairia com o avanço do processo de industrialização.

Atualmente, o U invertido se transformou em um N, com o último estágio apontando para cima, com a concentração de renda crescendo e as desigualdades se ampliando por todo o globo. Toda essa situação de desigualdade foi ainda mais aprofundada com a crise financeira de 2008, onde os bancos foram ajudados pelos governos no mundo inteiro - enquanto que a maioria da população perdia seus empregos e suas residências eram tomadas pelas instituições financeiras como resgate pelos empréstimos não pagos e realizados em momentos de excesso de capital, desregulamentação e projetos mal avaliados. Tudo isso colocou a pobreza e a desigualdade nas agendas políticas e abriu espaço para temas como a taxação de grandes fortunas, correção de sistemas tributários regressivos, programas de renda mínima e projetos desenvolvimentistas baseados na inclusão produtiva e na industrialização com complexidade econômica.

A desigualdade observada atualmente tem trazido muita preocupação para economistas, cientistas sociais, pesquisadores e gestores públicos. No passado acreditava-se que as desigualdades seriam um ingrediente a mais para provocar o incentivo das pessoas para trabalhar duro e superar sua condição de desvalia e baixa renda. No entanto, a persistência e o aprofundamento das desigualdades tem provocado resultados negativos, uma vez que barram pessoas talentosas do acesso à educação e as conduzem em muitos casos ao desamparo e à depressão. Pesquisas realizadas pelos economistas ortodoxos do FMI (Fundo Monetário Internacional) demonstraram que a desigualdade de renda reduz o crescimento, causa crises financeiras e enfraquece a demanda, retroalimentando um círculo negativo nas economias centrais.

O debate sobre desigualdades necessariamente precisa sair do campo estritamente econômico e abrir o olhar para questões mais amplas, como a rede de proteção social, políticas públicas para a maioria, redução de disparidades de renda e ampliação de oportunidades para a maioria da base da pirâmide. O tema desigualdades é, por definição, multifacetado e multidisciplinar. A desigualdade apresenta muitas faces que não podem ser reduzidas aos aspectos da renda e da geração de empregos. Pensar assim é reduzir a importância do tema e subtrair questões relevantes como:

ampliação de direitos humanos; degradação ambiental; questões de gênero e raça; cerceamento de poder e participação cidadã nas decisões relativas ao temas públicos e comuns⁴.

Se o crescimento econômico não estiver associado a esses temas complementares, a equação econômica chegará na encruzilhada da teoria dos jogos, onde a vitória de alguém significa a derrota do outro. Ao invés dessa abordagem, espera-se uma variação da teoria dos jogos com o equilíbrio de Nash, onde a repetição dos jogos gera confiança e acaba em cooperação, onde ambos os jogadores vencem seus jogos.

A superação das desigualdades não pode ansiar pela “departamentalização” das soluções. Não se trata de esperar pela “responsabilidade fiscal” e pelo mercado, para somente depois construir políticas públicas inclusivas e promotoras do crescimento com inclusão social. Não se trata também de escolher entre um modelo de país que prefira a igualdade de oportunidades ou a igualdade de resultados. Precisamos dos dois: queremos um país mais justo - com redes de proteção social e apoio às minorias excluídas - e um país com mais oportunidades de trabalho, ocupação de posições importantes na economia e nas organizações pela maioria da população e também um país onde se possa ascender socialmente, sem amarras e impossibilidades de diversas ordens.

A abordagem ao tema é, portanto, multidisciplinar e envolve diversos aspectos sociais e de comportamento humano. A economia comportamental vem contribuindo sobremaneira neste sentido, ao abordar temas como a pobreza sob vários aspectos por além do racionalismo econômico. Diversos prêmios Nobel de economia têm reconhecido o esforço de ampliação da compreensão sobre como as pessoas tomam decisão. Em 2002, os vieses cognitivos e sua influência na tomada de decisão premiaram Daniel Kahneman e Amos Tversky; já em 2017, o prêmio Nobel foi para Richard Thaler, com os estudos sobre a psicologia econômica e como as pequenas ações podem influenciar grandes decisões, inclusive de políticas públicas. Mais recentemente, em 2019, o prêmio Nobel foi concedido a um trio de pesquisadores que estudam os efeitos das decisões dos pobres sob situação de escassez de recursos. O casal Abhijit V. Banerjee e Esther Duflo do MIT, além de Michael Kramer, de Harvard, estudaram populações de aldeias pobres na Índia e em diversos outros países, levando em conta dados e evidências de campo, para analisar o comportamento dessas populações.

A própria situação dos envolvidos são levadas em conta, de modo que grande parte dos vieses podem ser controlados. Por outro lado, os dados coletados são tratados como se estivessem em um grande laboratório da vida real. Diversas contribuições como as desses e outros pesquisadores⁵ têm sido, portanto, cruciais para a elaboração de políticas públicas que realmente possam enfrentar e combater a pobreza, corrigir os problemas encontrados na educação dessas populações, contribuir com os negócios de pequeno porte e trabalhar questões relacionadas ao meio ambiente, dentre diversos outros temas.

O GRAVE PROBLEMA DA MOBILIDADE SOCIAL INTER E INTRAGERACIONAL

Um dos grandes sinais de desigualdade em uma sociedade é a mobilidade social, entendida como o deslocamento de indivíduos e grupos entre posições socioeconômicas diferentes (GIDDENS, 2005). A mobilidade social pode ocorrer entre indivíduos de uma mesma geração (intrageneracional) ou entre indivíduos de gerações diferentes (intergeracional), pode ser ascendente, ou seja, ser uma mudança positiva de posição na hierarquia, ou ser descendente, produzir perda de posição e status.

Outros fatores que incidem no rendimento afetam a mobilidade social, tais como gênero, idade, etnia, escolaridade. A desigualdade é o grande empecilho para a mobilidade social. Conforme pesquisa de Wilkinson e Pickett (2009), quanto maior for a desigualdade social em um país, menor será a mobilidade social.

A mobilidade social está, portanto, associada a renda e educação. A má distribuição da educação (seja em qualidade e em quantidade) leva a baixos salários no mercado de trabalho,

reforçando dessa maneira o círculo vicioso da mobilidade social (ou a falta dela). Outros conceitos de mobilidade social encontrados na literatura são: mobilidade durante a vida de uma pessoa - da pobreza à riqueza ou vice-versa; mobilidade entre gerações - como é a situação dos filhos em relação à dos pais; mobilidade em termos absolutos: se os filhos são mais ricos ou mais pobres que os pais; e a mobilidade em termos relativos: se os filhos estão em um nível mais alto ou mais baixo na escala de renda que seus pais.

Quando os países estão crescendo rapidamente há bastante mobilidade social positiva. Na maioria das economias emergentes, os filhos quase invariavelmente ganham mais que seus pais. A medida mais importante de uma meritocracia, contudo, é a mobilidade relativa, particularmente entre gerações. Métodos estatísticos permitem que se meça quanto a situação dos pais influenciou a posição relativa da renda e da escolaridade de seus filhos adultos. Trata-se do coeficiente de “elasticidade intergeracional de renda”, que informa quanto maior o coeficiente, menor foi a mobilidade ocorrida. Já o índice de desigualdade de oportunidades nos informa que quanto menor a fração, maior será a igualdade de oportunidades de um país. No Brasil, um terço da desigualdade de renda deve-se à origem dos indivíduos⁶.

A OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) publicou um estudo em 2018 intitulado “O elevador social está quebrado? Como promover a mobilidade social” (www.ocde.org). O estudo procurou saber como estava a mobilidade social entre 30 países e o Brasil encontra-se, juntamente com a África do Sul, na penúltima posição, tendo a Colômbia como último colocado. Isso significa que no Brasil são necessárias 09 (nove) gerações para que uma pessoa nascida pobre (entre os 10% mais pobres) alcance o nível médio de renda da população do país. O cálculo foi realizado utilizando-se o conceito do coeficiente de elasticidade interoperacional de renda, como descrito acima. Esta dificuldade de ascensão social no Brasil apresenta o que a pesquisa chamou de “chão pegajoso”, ou seja, é uma situação difícil de ser superada pela falta de diversos recursos necessários para a movimentação social, como o acesso a educação qualificada, saúde, renda e trabalhos dignos. Uma característica que também está presente no país e foi capturado pela pesquisa é o chamado “teto pegajoso”, significando que os filhos das classes mais abastadas, uma vez alcançada determinada posição de destaque social e de renda, não descerão desta posição, reforçando a concentração de renda e o cerceamento de oportunidades para as parcelas mais necessitadas do país.

DESIGUALDADE E MERITOCRACIA

Em seu livro “A Tirania do Mérito” (2020), o professor de Harvard, Michael Sandel, afirma que não há nada de errado em contratar alguém pelo mérito. Quando precisamos de um dentista, um médico ou alguém para consertar nosso encanamento em casa, certamente iremos contratar um profissional com as melhores habilidades em cada uma dessas especializações. E faremos isso da forma mais justa, sem discriminar nenhum profissional pela sua cor, gênero ou classe social. Essas decisões revelam dois aspectos principais do mérito: a eficiência e a justiça.

Os argumentos acima nos apresentam as virtudes de uma sociedade e um sistema econômico que privilegiam o esforço individual como um direcionador do sucesso e da possibilidade de ascensão social. O problema, porém, começa justamente quando a vitória pelo mérito e o pensamento individualista se sobrepõem a todas as outras questões, como por exemplo a sorte e a graça. Assim, as sociedades que se acreditam meritórias praticamente eliminam qualquer outro motivo para o sucesso e a ascensão social e focam exclusivamente no esforço pessoal. O controle da vitória social estaria nas mãos de cada pessoa, reforçando os apelos da autoajuda, destacando cada vez mais os vencedores e humilhando os perdedores.

As questões externas ao indivíduo como a sorte de nascer em uma família rica ou em um bairro rico⁷, além do preconceito racial e de gênero não são considerados nesta forma de pensar e agir. Não basta ser vitorioso e merecer sua fortuna, o pensamento individualista e meritório também afirma que os perdedores merecem sua derrota e, portanto, sua pobreza. Segundo Sandel:

“A ética do domínio e de vencer pelo próprio esforço oprimiu a ética da gratidão e da humildade. Trabalhar e se esforçar passou a ser imperativo próprio, independente da ideia calvinista de predestinação e da ansiosa busca por um sinal de salvação” (2020, p. 60).

E segue:

“(...) quanto mais nos concebemos como autossuficientes, capazes de vencer pelo próprio esforço, menos temos motivos para nos sentir em dívida ou gratos por nosso sucesso. Pessoas ricas são ricas porque merecem mais do que os pobres. Esse modo de pensar aumenta os riscos morais da competição econômica. Santifica os vencedores e inflama os perdedores” (idem, p. 61).

A ética do triunfalismo e do domínio pessoal age nas desigualdades e, ao mesmo tempo, a reforça. Não reconhece as estruturas montadas para facilitar a promoção do sucesso por parte dos vencedores, ao mesmo tempo em que nega o acesso à grande massa da população despossuída e desassistida por parte do Estado. Daí que não basta a existência de programas transferidores de renda que minimizam a pobreza extrema, é necessário mais. É preciso modificar as estruturas que reforçam a pobreza colocam a maioria da população em uma verdadeira armadilha onde é impossível sair sozinho.

A ARMADILHA DA POBREZA: PRECONCEITOS E JULGAMENTOS

Estudos recentes sobre a pobreza têm trazido informações relevantes para compreendermos a real natureza dos pobres, suas dificuldades e a estrutura institucional existente para promover a saída dessas pessoas das condições de miserabilidade ou, por outro lado, para reforçar as dificuldades existentes a dificultar a saída dos pobres do chão pegajoso apresentado na pesquisa da OCDE descrita acima.

Os estudos⁸ mostram que as pessoas julgam os pobres por sua renda e definem como seria seu padrão de consumo, baseado unicamente nesta categoria de renda. Estamos diante de um preconceito de renda, tão deletério quanto os demais preconceitos (de raça e gênero, por exemplo), que subtrai possibilidades de políticas públicas assertivas porque o pensamento do gestor está coalhado de vieses cognitivos e prejulgamentos de todas as ordens.

Duas pesquisadoras⁹ de Harvard fizeram onze experimentos para verificar a tolerância do consumo de pessoas pobres quando adquirem os mesmos bens de pessoas ricas. As descobertas foram desconcertantes. Em um dos experimentos, foi criado um personagem Joe de baixa renda e outro de renda elevada. As pesquisadoras, então, informaram às pessoas que Joe havia ganhado US 200.00 em um sorteio e se estaria tudo bem se ele gastasse esse dinheiro com a compra de um televisor. Para o grupo que analisou o Joe de baixa renda, seu gasto em TV foi mais malvisto do que o Joe do grupo de alta renda. O problema apontado pelo experimento é que se considera que as pessoas de baixa renda devem consumir menos porque se supõe que precisam de menos.

Em outro experimento perguntaram quais critérios deveriam ser levados em consideração quando uma família resolvesse adquirir uma casa nova: garagem, ar-condicionado, bairro barulhento, proximidade de áreas de lazer, proximidade de hospitais, etc. A aquisição desses itens é mais malvista para famílias de baixa renda, exceto em dois casos: que a casa seja perto de um supermercado e do transporte público. Até itens como segurança pública (bairros menos violentos) e hospitais são considerados “desnecessários” quando relacionados a pessoas de baixa renda. Isso é bastante revelador para ser levado em consideração no planejamento de políticas de habitação popular, saúde e segurança públicas e diversas outras categorias que envolve a maior parcela da população na maioria dos países em desenvolvimento e principalmente em regiões pobres e periféricas.

As pesquisas referenciadas acima nos apresentam dados consistentes que nos conduzem para

pontos críticos de atenção, especialmente no que se refere ao tratamento a ser dado na construção de políticas públicas para a bordar a questão da pobreza e da desigualdade. As evidências são claras quanto ao nível de incompreensão e desconhecimento acerca do que se passa com as pessoas de baixa renda, com as empresas de micro porte e com os miseráveis, seja no meio rural ou nos grandes centros urbanos. É preciso conhecer de perto como essas pessoas tomam decisões e quais são as estruturas de apoio existentes para tal. Adicionalmente, os dados também são fartos quanto ao caráter psicológico e de julgamento equivocado, o que conduz a ações em desconformidade com a realidade e com as dificuldades pelas quais os pobres enfrentam em suas vidas. Trataremos mais sobre estes aspectos nas seções a seguir.

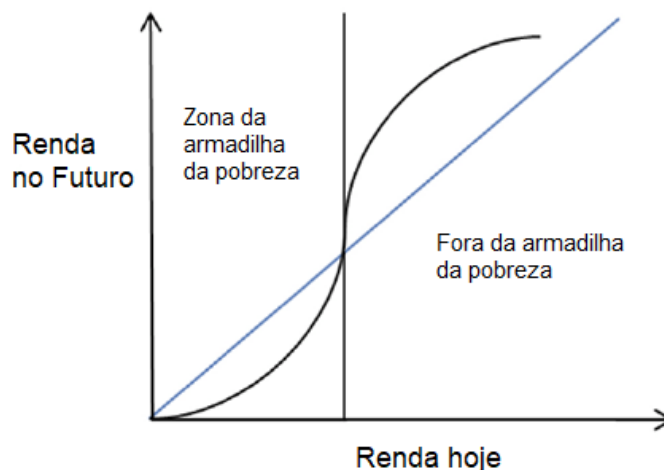
A Armadilha da Pobreza: expectativas, nudges e alavancas

A situação da pobreza está tão preocupante que rendeu no ano passado (2019) um prêmio Nobel de Economia. O prêmio foi concedido para um trio de pesquisadores, sendo um americano (Michael Kremer) e o casal Abhijit V. Banerjee (indiano) e Esther Duflo (francesa), que estudam a pobreza há décadas. O livro do casal de pesquisadores franco-indiano intitulado “Poor Economics: a radical rethinking of the way to fight global poverty” nos apresenta um novo olhar sobre a pobreza e analisa a economia dos pobres com base em dados fartamente relatados em pesquisas de campo em várias partes do mundo¹⁰.

Inicialmente, os pesquisadores chamam a atenção para o julgamento das pessoas acerca da economia dos pobres e sua confusão com uma “economia pobre”, gerando preconceitos nas pesquisas. Como vimos acima, este tipo de julgamento gera vieses cognitivos¹¹ que resultam em efeitos adversos¹² nas políticas públicas. O campo da política contra a pobreza está repleto de soluções “milagrosas”, instantâneas e generalistas, o que retira o foco do ‘simples’ e do longo prazo, promovendo a atuação dos políticos populistas que são considerados como verdadeiros messias para a população menos abastada. Muitas vezes é necessário apenas um pequeno empurrão ou um apoio como uma alavanca, para que toda uma população de um determinado território tenha acesso a crédito sob medida para seus negócios; ou que sejam estimulados a utilizarem mosquiteiros para conter a contaminação da malária, ou que tenham acesso a educação e pastilhas à base de cloreto de sódio para descontaminação da água (BANERJEE, A. V.; DUFLO, E., 2011).

Muitas das políticas públicas construídas para promover o desenvolvimento socioeconômico e eliminar a pobreza se tornam inócuas por conta da zona da armadilha da pobreza. Armadilha é uma situação em que entramos e não temos condições de sair dela sozinhos; precisamos de ajuda (idem). A Figura 1 abaixo apresenta graficamente a armadilha da pobreza por meio da curva no formato de S, com a renda atual no eixo horizontal e a renda futura no eixo vertical; os pontos alocados ao longo da linha diagonal que corta a curva S apresentam o mesmo rendimento atual e futuro - com exceção da posição denominada de “Zona da Armadilha da Pobreza”, onde os rendimentos futuros serão menores que os rendimentos atuais.

A renda atual das famílias influencia os seus rendimentos futuros. Se você começar muito pequeno pode ser que não consiga superar as dificuldades sozinho, necessitando, portanto, de um empurrão ou de um apoio para romper com esta barreira inicial. Por isso que os negócios de pequeno porte - especialmente as micro empresas individuais (MEIs) e as micro e pequenas empresas (MPEs) - não conseguem prosperar, mesmo com a ajuda inicial de um empréstimo de microcrédito ou até de outros empréstimos um pouco maiores, mas que são concedidos de maneira esporádica para empresas esparsas no tecido econômico de uma localidade. Discutiremos um pouco mais sobre isso na próxima seção quando analisarmos a política de microcrédito, suas possibilidades e limitações.

Figura 1. A Curva “S” e a Armadilha da Pobreza

Fonte: Poor economics: a radical rethinking of the way to fight global poverty, por: BANERJEE, A. V.; DUFLO, E., 2011

A taxa marginal de retorno dos pequenos negócios é grande no início, o que nos dá a falsa impressão de que prosperarão com as pequenas concessões de crédito; mas, essa mesma taxa marginal é decrescente no longo prazo, porque os investimentos de pequena monta não são suficientes para a realização de grandes transformações em suas empresas - seja a contratação de mão de obra qualificada, investimentos em inovação ou mesmo na compra de novos equipamentos para incrementos na produção. Se um empresário consegue sair da rede dos agiotas, que cobram taxas de juros estratosféricas, para um crédito regulado e com taxas menores, tem-se a ilusão de que os negócios avançarão por ocasião desses pequenos investimentos residuais.

No entanto, como demonstra a zona da armadilha da pobreza, os rendimentos futuros dos pequenos negócios serão menores que os rendimentos atuais e precisam, portanto, de um empurrão para romper com esta situação. A armadilha se configura porque, sendo os negócios pequenos, não são atendidos pelos bancos tradicionais para concessões de créditos mais ousados que lhes dessem possibilidades de investimentos de grande monta. E por serem pequenos e não terem atrativos para os bancos - como garantias, equipe qualificada, etc. - continuarão a ser pequenos. Por outro lado, se os negócios estão fora da zona da armadilha da pobreza, terão maiores incentivos de crescer, uma vez que seus rendimentos serão maiores no futuro do que o são no presente.

A armadilha da pobreza e o caso do microcrédito

O modelo clássico de microcrédito nasceu da constatação por parte dos fundadores dos chamados “Bancos Populares”, de que com pequenos empréstimos concedidos às populações pobres das periferias das grandes cidades, seria possível promover uma revolução social e econômica sem necessariamente mobilizar grandes somas de dinheiro. O modelo atende àquelas pessoas que montam seus negócios para sua própria sobrevivência - e de suas famílias - com o aluguel de carrinhos e a compra de frutas pela manhã, para vender nos centros comerciais, e pagam seus fornecedores de crédito no final do dia, quando fazem o balanço de seus apurados.

Essas pessoas, de fato, não demandam grandes somas de dinheiro para este tipo de negócio, mas pagam taxas de juros desproporcionais quando se utilizam dos serviços dos emprestadores informais ou agiotas. O exemplo do vendedor de frutas da cidade indiana de Chennai,

apresentado por BANERJEE, A. V.; e DUFLO, E., 2011¹³, é exemplar para entendermos esta dinâmica. O vendedor de frutas e verduras daquela cidade toma emprestado pela manhã o valor de 1.000 rupias (US\$ 51,00) e paga ao seu emprestador no final do dia a quantia de 1.046,9 rupias (uma taxa de juros de 4,96% ao dia). Para melhor compreender o que isto significa, os autores fazem a simulação com 100 rupias (US\$ 5,1) e o pagamento de 104,9 à noite. Se este vendedor honrar a dívida no dia seguinte, pagará 109,6 rupias. Em 30 dias, a dívida crescerá para quase 400 rupias e em 01 ano ele terá que pagar uma quantia de 1.842.459.409 rupias. Ou seja, por um empréstimo equivalente a US\$ 5,00, caso este não seja pago por 01 ano, se transforma em uma dívida de aproximadamente US\$ 100 milhões.

Situações extremas como essas suscitaram, portando, a criação dos bancos de microcrédito e diversas outras iniciativas ao redor do mundo. Como as comunidades de baixa renda não tinham garantias e nem demandas de grandes volumes, foram criados os chamados grupos solidários para que cada interessado no crédito pudesse avalizar os demais e, assim, todos garantem todos naquele ciclo de empréstimos. Um novo pedido de crédito somente é encaminhado depois que todos liquidarem o primeiro ciclo e assim por diante.

Os bancos e fundos de microcrédito resolveram a questão dos juros extorsivos e do acesso inicial ao crédito para as pequenas comunidades excluídas dos mercados. No entanto, isso não é suficiente para livrá-los da armadilha da pobreza. No caso do microcrédito, acreditamos ser necessário ampliar a visão para falarmos do conceito ampliado de microfinanças. Para além do crédito é vital abordar na iniciativa outras categorias como: microsseguros; poupança solidária; fundos rotativos de crédito; bancos de sementes; bancos de ferramentas; inclusão bancária e formação de grupos solidários de participação cidadã nos rumos da comunidade em questão. Essas tecnologias, se bem coordenadas por organizações de fomento e reguladas por instituições do mercado financeiro, podem trazer a alavanca necessária para eliminar gradativamente o grave problema da pobreza extrema nas diversas comunidades do país. No entanto, é preciso dosar cada solução proposta às realidades de cada local para que não se transformem em panaceia. Assim, estudos pontuais com as comunidades são parte integrante das políticas propostas, agindo como um *'nudge'*¹⁴ ou um cutucão para transformar as realidades e criar novas estruturas produtivas adaptadas aos pequenos e micro Produtores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da pobreza e sua superação é por si só importante o suficiente para nos determos em sua análise e compreensão de maneira profunda. Mais do que uma simples narrativa, o tema exige análises baseadas em dados e verificadas em campo para a confirmação dos números coletados nas estatísticas sobre desigualdades sociais e econômicas.

Verificamos que as distâncias entre as parcelas mais ricas e as mais pobres das nações ao redor do mundo estão cada vez maiores e o fosso, cada vez mais profundo. Os números das diversas fontes de pesquisa, institutos, organismos internacionais e revistas especializadas não se cansam de expor a fratura exposta das desigualdades e as consequências nefastas para os milhões de excluídos mundo afora. Procuramos, assim, apresentar o tema com os devidos números e estatísticas no mundo inteiro para chegarmos à nossa realidade brasileira de exclusão social que renega oportunidades à grande maioria de sua população por décadas a fio.

É muito difícil falar em qualquer projeto de país sem refletir sobre o fato de que são necessárias nove gerações para que uma pessoa pobre tenha condições mínimas de alcançar a renda média da população. Além das dificuldades diretas de falta de oportunidades e empregos decentes, ainda nos deparamos com situações externas ao problema grave da falta de renda que é o preconceito e o julgamento por parte daqueles que estão em posição de mudar esta situação. Gestores públicos, técnicos e formuladores de políticas públicas não podem correr o risco de pautar suas agendas com base em informações parciais e conclusões equivocadas - disseminadas durante muito tempo como uma verdade absoluta. Acreditar que os pobres têm necessidades 'menores' que outras pessoas mais

abastadas não se configura apenas em um erro técnico, mais do que isso, é um traço irracional de preconceito que deve ser combatido com informações e dados que possam ser comprovados e evidenciados.

A despeito de toda a dificuldade e complexidade que o tema nos apresenta, entendemos que há alternativas simples que podem modificar a estrutura socioeconômica vigente e construir uma nova realidade para a vasta população excluída do país. As pesquisas dos economistas laureados Banerjee e Duflo apresentam ferramentas poderosas para a compreensão das realidades locais e para a construção de políticas calibradas com informações coletadas diretamente do campo. As consultas diretas às comunidades locais e a modelagem de políticas com base nessas informações são o primeiro passo na superação das dificuldades.

Isso, porém, não é o bastante. A superação da grande distância entre ricos e pobres não acontecerá na unidade de tempo caracterizada pelos cronogramas políticos que são utilizados no país quando se fala em políticas públicas. Como foi bastante discutido, o tamanho dos negócios existentes na chamada economia da pobreza não lhe garante uma escala suficiente para que possam superar suas desigualdades com uma única ajuda - como as políticas de microcrédito ou distribuição de medicamentos, por exemplo. É preciso mais do que isso.

Entendemos que a criação de organizações e instituições duradouras, com a participação de pessoal técnico habilitado e conhecedor das realidades locais, juntamente com uma estrutura de regulação e coordenação é uma etapa inicial e necessária para que esta nova situação seja implementada. As economias de baixa renda precisam de coordenação externa para que possam ficar livres para produzir e crescer em seus empreendimentos. Não se pode, com uma renda tão baixa, administrar os vários aspectos de uma vida inteira, como educação, saúde, segurança e ainda ter responsabilidade por empréstimos e por negócios que lhes garantam sua sobrevivência.

Conforme mencionamos no texto, existem diversas tecnologias sociais que devem ser transformadas em negócios lucrativos e devem ser administradas pelos próprios interessados, com a ajuda de organizações reguladoras externas como o Banco Central, organizações não governamentais, centrais de cooperativas, universidades, centros de pesquisa, organizações da sociedade civil e outros grupos de controle. O importante é preparar as pessoas da própria comunidade para assumirem o controle de suas vidas com o importante apoio dessas instituições. Com essas condições criadas é possível gerir soluções como os fundos rotativos de crédito e os bancos de microcrédito, além de microsseguros, bancos de sementes e diversas outras alternativas simples e efetivas.

No entanto, essas alternativas devem ser implementadas e sustentadas por vários ciclos governamentais para que não percam sua efetividade. O reforço das políticas, além da sobreposição de diversas outras para romper os preconceitos de raça, gênero e classe, criará uma rede de apoio para a modificação da estrutura perversa de exclusão do país. Somente assim conseguiremos construir novos campos para o desenvolvimento de um país mais justo.

REFERÊNCIAS

ARIELY, D. Previsivelmente irracional: as forças invisíveis que nos levam a tomar decisões erradas. Tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Sextante, 2020.

ARIELY, D; KREISLER, J. A psicologia do dinheiro. Tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

ARTHUR, B. W. Complexity and the economy. Oxford University Press, 2015.

ALVES, J. E.D. Curva Ambiental de Kuznets: mais desenvolvimento é a solução? Artigo publicado em: <https://www.ecodebate.com.br/2012/12/19/curva-ambiental-de-kuznets-mais-desenvolvimento-e-a-solucao-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>

ATKINSON, A. B. Desigualdade: o que pode ser feito? Tradução de Elisa Câmara. São Paulo, LeYa, 2015.

- BANERJEE, A. V.; DUFLO, E. *Poor economics: a radical rethinking of the way to fight global poverty*. USA: PublicAffairs, 2011.
- BONETTI, A. de L.; ABREU, M.A.A. (organizadores). *Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil*. Brasília: Ipea, 2011.
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- MARCONDES, M.M. (et al. orgs.). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013.
- MAZZUCATO, M. *O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*. Tradução Elvira Serapicos. São Paulo: Pontfolio-Penguim, 2014.
- METTEN, A.; COSTA, L; GADELHA, A; MALDONADO, J. A introdução do complexo econômico industrial da saúde na agenda de desenvolvimento: uma análise a partir do modelo de fluxos múltiplos de Kingdon. *Rev. Adm. Pública* — Rio de Janeiro 49(4):915-936, jul./ago. 2015 . Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/51568>
- PIKETTY, T. *A economia da desigualdade*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.
- SANDEL, M. J. *A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?* Tradução de Bhuvli Libanio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- THALLER, R. H. *Todo lo que he aprendido con la psicología económica*. Traducido por Iván Barbeitos. Barcelona: Deusto, 2016.
- THALLER, R. H.; SUNSTEIN, C. R. *Nudge: como tomar melhores decisões sobre saúde, dinheiro e felicidade*. Tradução de Ângelo Lessa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.
- WILKINSON, R.; PICKETT, K. *The spirit level: why equality is better for everyone*. London: Penguin Books, 2009.

¹ Este artigo é fruto da disciplina “Estudos Interdisciplinares sobre Desigualdades”, do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas da UNIT/AL, onde participei como aluno especial do referido programa de doutorado. O autor agradece enormemente às Professoras Dra. Lorena Madruga Monteiro e Dra. Daniela do Carmo Kabengele pelos incentivos, cooperação e generosidade com que conduziram todo o período da disciplina, com debates enriquecedores e um rico conteúdo para o tema em questão. Cabe também mencionar que, mesmo diante de um difícil período de isolamento social por conta da pandemia do Coronavírus, as aulas foram encaminhadas com a devida profundidade e com debates enriquecedores da parte de todos os participantes.

² Reportagem especial sobre economia mundial publicado na Revista Carta Capital em 31/10/2012, intitulado: “Mais ricos, mais pobres”.

³ O liberalismo econômico é uma doutrina surgida no século XVIII, tendo como principal expoente o escocês Adam Smith (1723 -1790). Dentre seus principais pressupostos estão a não-intervenção do Estado na economia, a livre-concorrência, o câmbio-livre e a forte defesa da propriedade privada. Nas décadas de 1980 e 1990, as ideias liberais voltaram com força no mundo todo, agora sob a alcunha de neoliberalismo. Os pressupostos do neoliberalismo foram defendidos no que se chamou de “Consenso de Washington”, um encontro ocorrido em 1989 na capital dos EUA, entre países capitalistas desenvolvidos e os países da América Latina. O objetivo do encontro foi pretensamente a promoção do desenvolvimento econômico por meio do receituário liberal. Os principais organismos internacionais (notadamente FMI - Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), inseriram a cartilha neoliberal como pré-requisito a novos empréstimos para a região e seus principais eixos eram: a abertura econômica e comercial; a instituição das regras da economia de mercado e o controle fiscal macroeconômico. Dentre os principais economistas liberais da primeira fase, podemos citar: Adam Smith; Thomas Malthus e David Ricardo; já nos períodos mais recentes, os expoentes do neoliberalismo são lembrados por nomes como: John Williamson; Friedrich Hayek e Milton Friedman.

⁴ Para um aprofundamento nas discussões sobre preconceito racial, de gênero e classe social e seu impacto na população excluída do Brasil sugerimos a leitura dos livros: “Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil” e “Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil”. Ambos os livros constam da bibliografia no final deste artigo.

⁵ Podemos citar ainda, pesquisadores como: Kate Raworth (economia donut); Dan Ariely (economia comportamental); George Akerlof (economia comportamental), entre outros.

⁶ Medir a oportunidade econômica é isolar a parte da desigualdade que pode ser explicada por fatores sobre os quais as pessoas não têm controle: raça, gênero, local de nascimento, escolaridade e ocupação dos pais. Enfatizamos, com isso, que é importante analisar cada uma dessas variáveis conjuntamente para que se possa, de fato, construir situações propícias de transformações estruturais das realidades sociais diversas encontradas no Brasil e em diversos países em desenvolvimento ao redor do mundo.

⁷ A “loteria natural” para o filósofo John Rawls (1921 - 2002) era algo que nada tinha a ver com o mérito, esforço e, em última instância, com justiça. Para Rawls não fazia sentido o fato de uma pessoa ser boa em algo, ou nascer em uma família abastada, e ter mais dinheiro ou oportunidades em uma sociedade. Isso somente era aceitável, se o talento de alguns tornasse os miseráveis menos pobres, melhorando, dessa forma, seus graus de liberdade e igualdade.

⁸ Urban Neighborhood Poverty and the Incidence of Depression in a Population-Based Cohort Study, Sandro Galea, MD, DrPH, Jennifer Ahern, MPH, Arijit Nandi, MPH, Melissa Tracy, MPH, John Beard, PhD, and David Vlahov, PhD. O estudo foi publicado no National Institute of Health (NIH) Public Access, as: *Ann Epidemiol.* 2007 March ; 17(3): 171–179

⁹ O estudo intitulado “Inequality in socially permissible consumption”, das pesquisadoras Serena F. Hagertya, e Kate Barasza, foi publicado em: <https://www.pnas.org/content/117/25/14084>, em 23/6/2020.

¹⁰ As pesquisas relatadas no livro tomam por base as pessoas que sobrevivem com US\$ 0,99/dia. Essas pessoas representam uma massa de 865 milhões de pessoas (13% da população mundial).

¹¹ Um viés cognitivo é um padrão de distorção de julgamento que ocorre em situações particulares, levando à distorção de percepção nas pessoas, a julgamentos pouco acurados, interpretações ilógicas, e a decisões amplamente conhecidas como irracionalidade.

¹² Efeito adverso ou reação adversa, são efeitos diferentes e indesejados daquele considerado como principal por um fármaco ou por uma política pública. Um efeito adverso pode acontecer como resultado de um viés cognitivo baseado em um pré-julgamento ou em uma decisão irracional sem lastro em dados científicos.

¹³ BANERJEE, A. V.; DUFLO, E. Poor economics: a radical rethinking of the way to fight global poverty. USA: PublicAffairs, 2011.

¹⁴ O termo “nudge” significa um empurrão ou uma alavanca para mudar situações complexas por meio de ações simples. Esse conceito faz parte da “teoria do incentivo” e é muito utilizada na economia comportamental, um ramo da economia que utiliza as melhores técnicas de persuasão com a união entre a economia e a psicologia